

TÍTULO DO TRABALHO			
A GREVE DOS OPERÁRIOS NAVAIS DE NITERÓI NO CONTEXTO DO PRÉ-SAL			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sonia Lucio R. de Lima e Lilian de S. L. Matias	Universidade Federal Fluminense	UFF	
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A greve dos operários navais de Niterói, ocorrida em 2012, representa um marco no processo de reação dos trabalhadores brasileiros ao sindicalismo da CUT.</p> <p>Desde o final dos anos 90, ocorre uma mudança na orientação política da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, que passa a assumir uma postura de colaboração de classe. Esta postura contribui para o agravamento das condições de trabalho da categoria, ainda que esteja sendo combatida por setores de oposição que tem buscado perseverar na luta por um sindicalismo comprometido com os interesses dos trabalhadores da indústria naval de Niterói e Itaboraí.</p> <p>Nosso intuito neste artigo é expor uma interpretação da greve de 2012, compreendendo-a no contexto da retomada da indústria naval impulsionada pela demanda no setor de petróleo e pelas perspectivas relativas ao pré-sal.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Retomada da indústria naval; operários navais; Niterói			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The strike of the naval workers of Niteroi, which occurred in 2012, represents a turning point in the reaction process of Brazilian workers to CUT's unionism.</p> <p>Since the late 90s, there is a change in the political orientation of the Metalworkers Union of Niterói and Itaboraí, which take a class collaborative policy. This position contributes to the worsening of the working conditions, although opposition sectors have sought to persevere in the fight for a trade unionism committed with the interests of the workers of the shipbuilding industry of Niterói and Itaboraí.</p> <p>Our intention in this paper is to present an interpretation of the strike in 2012, understanding it in the context of the resumption of the shipbuilding industry driven by demand in the oil sector and the prospects for the "pré-sal".</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Resumption of shipbuild construction industry; naval workers; Niterói			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

A greve dos operários navais de Niterói no contexto do pré-sal

Sonia Lucio R. de Lima e Lilian de S. L. Matias

O modo capitalista de produção forja formas particulares de objetivação da vida social que estão materializadas de forma desigual e combinada nos diversos países e regiões do planeta. Nas particularidades de cada formação social, encontramos uma síntese de múltiplas determinações sociais que contém as marcas do universal e, ao mesmo tempo, de singularidades. Pretendemos neste texto apresentar uma análise de um momento singular na história dos operários navais de Niterói, estado do Rio de Janeiro: a greve de 2012.

É nossa intenção demonstrar que esta greve, por ter sido construída com base num processo de rebelião da base da categoria à orientação da diretoria do sindicato, anuncia o início da reação dos trabalhadores brasileiros às direções sindicais que operam como base de apoio do governo do Partido dos Trabalhadores, cuja posse do primeiro mandato foi em 2003.

A greve ocorreu doze anos após a reestruturação da indústria naval no Brasil. Esse processo foi realizado para superar a crise dos anos 1990 que levou a indústria naval brasileira a um profundo declínio produtivo. Para compreender a importância desse movimento grevista na história recente dos operários navais de Niterói, faz-se necessário um breve histórico da organização dessa categoria e sua atuação no contexto da reformulação da indústria naval no país.

Do “novo sindicalismo” à crise e retomada da indústria naval

Oficialmente, a fundação do Sindicato dos Operários Navais data de 1942. De acordo com Pessanha, os operários da construção naval constituíram, no período anterior a 1964, uma das categorias mais combativas do movimento operário brasileiro. Seu sindicato, sediado em Niterói, possuía abrangência sobre todo o estado e sobre o município do Rio de Janeiro. (PESSANHA, E.; 2012)

Tem destaque nos estudos sobre esse período a forte greve de 1953 que se constituiu em um movimento que atingiu o auge de organização política na categoria: com organizações por conselhos sindicais; reuniões nas “praças da liberdade sindical” – ou seja, espaços no estaleiro onde ficavam para discutir política; a fundação do jornal a Orla Marítima, entre outras expressivas conquistas. (BARSTED, D., 1981)

Com o golpe empresarial-militar em 1964, os operários navais tiveram sua sede tomada por tropas militares e depredada, paredes foram pichadas, carteiras profissionais rasgadas e documentações apreendidas. Quando os operários voltaram ao trabalho, foram surpreendidos por fuzileiros navais armados nas empresas privadas, concentrando-os em frente aos restaurantes da empresa onde revistados e passados em lista para ver quem deveria ser preso. A maioria ficou detida por 50 a 90 dias, alguns encarcerados em navios. (BARSTED, D., 1981)

A categoria também sofreu um reenquadramento sindical pelo Ministério do Trabalho. Com isso, deixou de ser enquadrada como “operários navais” – que agora abarcaria apenas os trabalhadores que ficavam embarcados no mar – para se tornar “metalúrgicos”. Perderam com isso todas as conquistas que tiveram no período anterior. Obrigados a se dividir entre vários sindicatos de metalúrgicos locais, os operários navais de Niterói se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, onde se tornaram maioria em relação a trabalhadores de oficinas de reparos de automóveis e fábricas de laminados. (PESSANHA, E., 2001)

Os primeiros anos da década de 1970 foram caracterizados pelo elevado índice de crescimento econômico. O “milagre” teve por base a concentração de capitais em torno de grupos monopolísticos (em especial de capital estrangeiro) e do sistema financeiro, o investimento do público em grandes obras indutoras de atividades econômicas, mas principalmente as políticas de superexploração da força de trabalho. (MATTOS, M.B., 2009)

Isto não significa dizer que não houve resistência dos trabalhadores, pelo contrário. Organizados por empresas, os trabalhadores fizeram valer seus direitos em muitos casos, como rápidas paralisações em casos de atrasos de pagamentos ou acidentes. Estas formas de organização clandestinas no interior das fábricas e as experiências de lutas dos trabalhadores no período anterior ao golpe em 1964 contribuíram para a deflagração das greves que impactaram o país em 1968 e no final de 1970, já em um momento de crise do modelo econômico, dissidências internas ao bloco de poder e de transição lenta e gradual para a volta de civis ao poder. Outro fato que gerou revolta nos trabalhadores foi a descoberta da fraude salarial de 1973 empreendida por Delfim Netto, falsificando os índices da inflação no período. Muitas campanhas foram empreendidas pelos trabalhadores pela reposição desse dinheiro. (MATTOS, M. B., 2009)

As diversas greves que pipocaram no final dos anos 1970 foram identificadas por Ricardo Antunes com o “novo sindicalismo”, um fenômeno que seria característico de uma série de transformações no movimento sindical do período como:

a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo de assalariados médios e do

setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices reais de sindicalização, mas mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc. (ANTUNES, R., 1991, p.11)

De acordo com Marcelo Badaró Mattos, a noção de “novo sindicalismo” se construiu tanto no discurso dos acadêmicos quanto no dos sindicalistas em uma relação de contraste entre os dirigentes sindicais mais “combativos” que surgem com as mobilizações do final da década de 1970 e as direções sindicais ditas “pelegas” ou que atuaram no movimento sindical no período anterior ao golpe.¹ (MATTOS, M. B., 1998)

Este movimento também se caracterizaria pela orientação classista, pela ênfase na organização por fábrica, pela crítica à estrutura sindical oficial e à CLT, a luta por autonomia e liberdade sindicais. O termo “novo sindicalismo” viria ter ampla aceitação nos anos 1980 entre sindicalistas e estudiosos do assunto. Apesar de não ter uma precisão conceitual, as análises convergem no que diz respeito a sua importância. (MATTOS, M. B.; 1998)

No entanto, apesar de se colocar como novidade, esse movimento de trabalhadores é devedor da experiência de lutas anterior, tanto no pré-1964, quanto na resistência subterrânea durante a ditadura empresarial-militar. (MATTOS, M.B, 1998)

Em Niterói temos relatos de rápidas paralisações por fábrica a partir de 1968, campanhas salariais e uma atuação clandestina nas empresas composta pelos setores combativos vinculados à esquerda. (GOMES, A., 1999) A mobilização crescente da categoria culminou na greve de 1979, a primeira greve do setor naval desde o golpe. Essa greve também é herdeira da experiência de lutas do período anterior a 1964. A retomada de seu passado combativo se expressou tanto nas principais reivindicações da greve que tinham por base os direitos perdidos pelos operários navais com o reenquadramento sindical: um quadro de carreiras, insalubridade a 35% do salário-base, hora extra a 100% e jornada de trabalho de 8 horas. Assim como pela permanente reunião dos trabalhadores em assembleias na sede do Sindicato dos Operários Navais. (PESSANHA, E., 2001)

O salto organizativo desta greve possibilitou à chapa de oposição vencer as eleições sindicais, desbancando a direção composta por um interventor do Ministério do Trabalho há mais de 15 anos no cargo. Militantes que participaram da oposição já participavam desde 1978 de diversos espaços sindicais, como o V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o que possibilitou sua articulação com as demais lideranças sindicais emergentes no período. A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 está diretamente vinculada às lutas desses trabalhadores.

¹ Tem uma grande produção com críticas a noção de sindicalismo populista, logo não avançaremos neste debate. Para maiores informações a respeito ver: MATTOS, M. B., 1998.

A experiência e a perspectiva política dos operários navais de Niterói estavam marcadas pela clareza da necessidade da unidade da classe, tendo sido o segundo sindicato a se filiar à Central nacionalmente. (SANTOS, A., ROCHA, E., 1980)

Com a crise no setor naval o movimento sindical dos metalúrgicos de Niterói viu um momento de descenso, com as demissões de operários e a instabilidade no emprego. Em termos de sua organização, o sindicato viveu um período de fragmentação. (PESSANHA, E., 2012)

A crise do petróleo, principal suporte da indústria naval e do setor de navegação, afetou o comércio exterior, principalmente, na área de importações e, em decorrência da necessidade de contenção dos gastos públicos, o governo diminuiu o financiamento às empresas que faziam encomendas aos estaleiros. Soma-se a isto, o fato da indústria naval instalada no Brasil ter perdido a capacidade de competir no mercado estrangeiro por ter navios mais caros, maiores e menos especializados, o que a levou à perda da concorrência com os produtos melhores e mais baratos da Coreia do Sul, do Japão e da China. Observamos que após a II Grande Guerra, ocorre uma mudança da localização geográfica da indústria naval dos países com maiores custos do trabalho, como os da Europa Ocidental e os Estados Unidos, para países com menores custos, como o Japão e, posteriormente, a Coreia do Sul. E, mais recentemente, para a China, que passou a despontar como grande produtor. (LACERDA, S. M., 2003)

Como medida para enfrentar a crise, os empresários organizados no Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e Offshore (SINAVAL) pressionaram o governo para incluir a venda de navios nos pacotes de exportação e impulsionaram uma “campanha contra a estatização”. A perspectiva de lançamento de mais um Plano de Construção Naval, no final da década de 1970, tornou público um debate entre os que defendiam como saída para a crise a intervenção do Estado e os que eram contrários a esses planos para a construção naval e defendiam a autonomia do setor em relação ao Estado e queriam a liberação das importações de navios. (PESSANHA, E., 2012)

Com a falta de recursos do Fundo da Marinha Mercante e a suspensão dos financiamentos, os donos dos estaleiros recorreram ao capital bancário nacional e estrangeiro. Conseguiram obter o direito de contrair créditos com a Resolução 6.043 de 11/07/1979 do Conselho Consultivo da SUNAMANM, o que, ao invés de solucionar, contribuiu para aumentar a crise no setor. (PESSANHA, E., 2012)

Porém a derrocada interna da indústria naval brasileira – gerada pela forma de operar o sistema de mecanismo de financiamento à compra de navios nos estaleiros nacionais, potencializada pela crise mundial desencadeada pelo segundo choque do petróleo em 1979 e pelo aumento dos

juros internacionais – trouxe graves consequências para a economia brasileira e para os trabalhadores.

Em 1984, veio à tona o “escândalo” da SUNAMAM. Foram suspensas as cartas de créditos a bancos nacionais e estrangeiros e os estaleiros passaram a não obter garantias de empréstimos para encomendas, o que levou algumas indústrias à falência e provocou demissão em massa.²

O encolhimento de uma atividade com papel relevante na geração de empregos e de estímulo a outros segmentos industriais gerou não só uma forte redução de navios brasileiros, o que aumentou gradativamente o nível de afretamento de embarcações estrangeiras, como provocou abalos no conjunto da economia. Neste período, a produção do setor ficou praticamente restrita às atividades de reparo naval e, escassamente, à fabricação de embarcações de médio porte. (PESSANHA, E., 2012)

Ao longo da década de 1990, houve tentativas de reestruturação das empresas da indústria naval que, contudo, esbarraram em dificuldades de financiamento. Importante ressaltar que por ser mais econômico à época fabricar navios fora do país, o governo passou a priorizar a importação, o que contribuiu para que alguns estaleiros fechassem ou passassem a funcionar apenas para obras de reparos de navios. Isso gerou mobilização em defesa da retomada do investimento no setor, que envolveu o governo do estado, empresários e membros dos sindicatos dos Metalúrgicos de Niterói, do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, que exerceram pressão sobre parlamentares e governo federal. (PESSANHA, E., 2012)

Durante a crise, parte dos operários expulsos do mercado formal das empresas foi posteriormente reabsorvida em condições precárias de trabalho por empreiteiras e “cooperativas”. O aumento da taxa de desemprego – que chegou a 50% –, bem como a instabilidade no trabalho e constantes ameaças de demissão em caso do envolvimento em atividades sindicais, acarretaram o recuo da mobilização sindical. Além disso, as empresas limitaram o contato da diretoria do Sindicato com a categoria por meio da proibição da entrada dos representantes sindicais em todas as plantas, da desativação de Comissão de Trabalhadores e da cooptação de diversas lideranças que atuavam nos locais de trabalho.

Ao final da década, o sindicalismo de confronto protagonizado nos anos 1980 pela CUT foi substituído por uma concepção de conciliação de classe com o empresariado. É ilustrativo desta mudança de orientação a participação de representantes da Central nas Câmaras de negociação que

² As dívidas dos estaleiros foram estimadas em US\$580 milhões. Em 1984, o governo decidiu não reconhecer o aval da Sunamam e foi iniciada a apuração das irregularidades. Ver: PESSANHA, E., 2012.

reúnem empresários, governo e trabalhadores, nas quais cedem direitos ao Capital em troca da falácia da manutenção de empregos. A adoção dessa postura defensiva está relacionada às mudanças de orientação política da maioria da direção da Central, mas também à conjuntura econômico-social da época. (PESSANHA, E., 2012)

A crise do chamado socialismo real e o avanço das reações burguesas à crise do capital provocam profundas alterações na história mundial e brasileira. No Brasil, em 1989, com a derrota de Lula, metalúrgico que disputava a presidência da república, e a vitória de Collor, teve início a implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

No Rio de Janeiro, a década de 90 foi palco dos enfrentamentos contra as privatizações das estatais. A CUT-RJ, então, já dirigia cerca de 70 sindicatos e se posta como vanguarda dessa luta. Porém, conforme mencionado, as mudanças econômicas e políticas ocorridas nessa década afetaram o sindicalismo combativo e o sindicato dos metalúrgicos de Niterói e Itaboraí.

Nos primeiros anos do governo de Luiz Inácio da Silva (2003) ocorre a retomada da indústria naval. Em 2003, o governo federal lançou o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP). Em 2005, foi executado o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). Esses dois programas tiveram importantes efeitos sobre o processo de recuperação do setor já em curso.

O PROMINP tinha por objetivo fomentar a participação nacional de bens e serviços na implementação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior. As principais atividades do programa foram o Plano Nacional de Qualificação Profissional, o PROMIMP Tecnológico, e o Estudo de Competitividade.³

Contudo, foi a partir do PROMEF (2005) que o setor da indústria naval brasileira foi reativado. Este programa fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Federal, e tinha como objetivo principal renovar a frota da companhia para garantir maior autonomia e controle no transporte de sua produção, a construção dos navios no Brasil e a garantia de modernização e construção de estaleiros. Sua execução foi responsável por gerar mais de 15 mil empregos diretos na indústria naval.⁴

De acordo com Débora Teixeira, que foi diretora do Fundo da Marinha Mercante, o atual crescimento da construção naval no país se consolidou por duas razões: a associação entre as empresas estrangeiras e as brasileiras e as condições atrativas de empréstimo, que são pagos em até

³ Disponível em: < http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm>

⁴ Disponível em: <<http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2011/03/25/promef-transpetro-recebe-propostas-construcao-navios/>> Acesso em: 15 jul. 2014

20 anos com taxas de juros reduzidas. De fato, o programa Navega Brasil, de novembro de 2000, facilitou o acesso às linhas de crédito para armadores e estaleiros; aumentou o uso do FMM (de 85% para 90%) nas operações da indústria naval e ampliou o prazo máximo de empréstimo (de 15 para 20 anos). (PASIN, J., 2002) Ou seja, os empresários da indústria naval não pagam os seguintes impostos e contribuições (Lei 9.493/97): imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); imposto de importação (II); contribuição ao Programas de Integração Social (PIS); e contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), desde que seja para a exportação ou que a embarcação esteja inscrita no Regime Especial Brasileiro (REB) e são financiados com enormes recursos públicos que são pagos com juros baixos. Segundo Souza, a:

retomada da indústria naval observada nos últimos anos, especialmente após 2006, é resultado da política econômica do Estado brasileiro no sentido de favorecer os interesses da grande burguesia brasileira. A política econômica voltada para o setor da construção naval tem como elemento central a demanda por navios e plataformas de petróleo encomendadas, em sua maioria, pela Petrobras. Assim como no passado, o crescimento do setor tem como base a garantia de demanda e financiamento por parte do Estado brasileiro. (SOUZA, J., 2013, p.226-227)

O que expressa, nas condições particulares em que se realiza, que a produção e a realização do valor têm requisitado que o Estado se aproprie, crescentemente, de parcela significativa da mais-valia socialmente produzida para assegurar as condições gerais de produção e reprodução do capital. A *tabela 1*, em apêndice, demonstra o crescente aumento de recursos públicos destinado ao setor entre 2005 e 2012.

Diante da iminência da exploração de petróleo da camada de pré-sal até 2020 e com base no vultoso aumento de investimento público no setor, os empresários da indústria de óleo e gás previram dobrar a participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional brasileiro – passando de 10% para 20% – enquanto o segmento naval e *offshore* estimava faturar US\$ 15 bilhões por ano até o período mencionado. O Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo do Brasil, deveria responder por metade desse valor, o que traria impactos auspiciosos para a indústria naval de Niterói.⁵

Para atender a esta demanda, alguns estaleiros se especializam na construção de petroleiros e embarcações de apoio marítimo e outros setores econômicos entram neste mercado, dentre eles fundos de investimentos, grandes empreiteiras, grupos ligados ao agronegócio internacional e

⁵ Dados disponíveis em: <<http://www.fonseca.soumaisniteroi.com.br/noticias/55-estado/1645-oportunidade-mais-empregos-no-setor-naval-do-estado.html>> Acesso em: 15 de jul. 2014. Ilustram melhor a expectativa do setor do que o cenário atual na área naval.

investidores do setor em Cingapura, Coréia do Sul, Noruega e EUA. Ao longo de 2012, o empresariado afirmava haver 60 mil trabalhadores empregados no setor.⁶

Tais dados demonstram que, especialmente em tempos de crise do capital, a produção e a realização do valor têm requisitado que o Estado se aproprie crescentemente de parcela significativa da mais-valia socialmente produzida para assegurar as condições gerais de produção e reprodução do capital.

Ao longo desse processo de crise e retomada do setor ocorre, conforme afirmado, uma mudança na orientação política do grupo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. No relato de representantes da oposição há críticas de que a atuação do grupo passou a ser fortemente marcada pelo assistencialismo e de que passaram a ser privilegiadas negociações pontuais e imediatistas em detrimento da mobilização da categoria no combate à precarização das condições de trabalho. (PINTO, M., 2009.)

Segundo Pinto, a diretoria do sindicato procura inibir a organização de mecanismos de confronto com o patronato e aposta nos processos de negociação sem mobilização. Ao mesmo tempo, propaga de forma acrítica a política industrial adotada pelo Governo Federal. Ao fazê-lo, oculta os interesses capitalistas assegurados por esta política e apregoa a falácia da possibilidade da democratização do capital. Todavia, este modelo de atuação sindical não tem sido exercido sem objeções e resistências, conforme ilustra a realização da greve de 2012. (PINTO, M., 2009.)

A conjuntura de 2012 e o desencadear da greve

Ao buscar apreender os principais determinantes sociais do processo grevista, devemos levar em consideração o contexto econômico e político no qual se insere: o investimento público na indústria naval, o expressivo aumento do número de trabalhadores no setor e sua concentração no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Niterói; o relativo decréscimo da situação de desemprego no país; a experiência dos metalúrgicos com o sindicalismo de colaboração de classe; as tensões entre a diretoria e parte expressiva da categoria em face da disputa eleitoral e da campanha salarial em curso em 2012, bem como o expressivo aumento do número de greves no mesmo ano.

⁶ Dados disponíveis em: <<http://www.petroleoenergia.com.br/petroleo/navalshore-exploracao-de-oleo-e-gas-da-novo-impulso-a-industria-naval/>> Acessado em: 15 de jul.2014 e <<http://www.portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/15166-industria-naval-esta-preparada-para-crescer-diz-abenav>> Acesso em: 15 de jul. 2014.

Como procuramos demonstrar, a área naval foi desativada por um longo período. Seu declínio começou a partir dos anos 80, em uma crise que teve impactos decisivos na economia. Nesse período ocorreram profundas alterações no setor repercutidas na constituição do mercado de trabalho, as quais provocaram alterações nas condições de trabalho da categoria e em seu processo organizativo. Também explicitamos que na iminência da exploração de petróleo da camada de pré-sal o governo federal assumiu o setor da indústria naval como estratégico e investiu vultosas somas de recursos públicos na área, pagos a juros baixos, com isenções de impostos, promessa de abertura de novos estaleiros e de retomada do emprego.

No entanto, as condições de trabalho são precárias. É exemplo desta assertiva a situação enfrentada pelos trabalhadores no seu cotidiano o acidente no estaleiro Mauá, em abril de 2012, no qual um operário morreu imprensado por uma chapa de metal e outro ficou gravemente ferido.⁷ A terceirização também avançou no setor, acarretou baixos níveis salariais, ampliação da jornada de trabalho, crescimento da rotatividade e inadimplência de direitos trabalhistas.

Na análise do processo de deflagração da greve – a partir das reportagens, do acompanhamento das assembleias e das entrevistas realizadas – tem destaque a forte rejeição da categoria à diretoria do Sindicato. Na eleição de 2008, a chapa de oposição organizada pela esquerda atingiu 46% dos votos na categoria. Houve indícios de fraude no pleito. Em junho de 2012, além da campanha salarial, estava em debate o processo eleitoral do sindicato, que deveria ter acontecido em fevereiro.⁸

Além disso, o ano de 2012 foi marcado por um conjunto de paralisações no serviço público federal, impulsionadas pela greve nas universidades que durou quatro meses. O mesmo ocorreu no setor privado, incluindo bancários e operários da construção civil. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), foi o maior número de greves no país desde 1997, totalizando 873, e estaria relacionado ao baixo nível de desemprego. Aproximadamente 95% das negociações coletivas de 2012 terminaram com reajuste acima da inflação, enquanto em 2003 apenas 19% obtiveram tal efeito.⁹

⁷ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/acidente-mata-trabalhador-em-estaleiro-de-niteroi>>. Última visualização em 13 de fev. de 2015

⁸ Trabalhador 2. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

⁹ Dados do DIEESE disponíveis em:

<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>

Ver também: <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/05/23/pais-tem-maior-numero-de-greves-dos-ultimos-16-anos-diz-dieese/>

Ver: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9641:submanchete230514&catid=72:imagens-rolantes

Ver: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/economia/oportunidade-mais-empregos-no-setor-naval-do-estado>

Os setores mais organizados da classe trabalhadora demonstraram seu protagonismo e prepararam o terreno para as lutas que viriam em 2013 – que abarcaram a indignação do resto da população com o aumento das passagens dos transportes, com a violência policial, a mídia empresarial, o sucateamento da saúde e da educação públicas.

Na assembleia realizada no dia 30 de maio de 2012 para discutir a campanha salarial, os metalúrgicos de Niterói e Itaboraí entraram em greve. Esta foi a primeira greve unificada em muitos anos, abarcando trabalhadores de seis estaleiros. A diretoria do Sindicato mostrou-se contrária à paralisação e propôs que a os trabalhadores aguardassem o andamento das negociações com os patrões.¹⁰

A pauta de reivindicações dos trabalhadores consistia em: aumento salarial de 16%; aumento no valor do vale-refeição de R\$140,00 para R\$350,00; maior segurança no ambiente de trabalho, plano de saúde com desconto simbólico em folha e pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PRL).¹¹

A proposta do patronato era de reajuste de 7,5%. Ao apresentar essa proposta à assembleia, os diretores foram vaiados e alguns dos trabalhadores jogaram lixo no carro de som onde se encontravam os diretores. A categoria demonstrava sua insatisfação e repulsa à postura conciliadora e com o autoritarismo dos dirigentes que não permitiam que os representantes da oposição se pronunciassem durante a assembleia. Diante do clamor da categoria pela deflagração imediata da greve, a diretoria foi obrigada a declarar a paralisação do encontro.¹²

Nesta assembleia foi eleito um comando de greve, cujos integrantes eram, em sua maioria membros da oposição à diretoria atual. Em suas declarações aos órgãos de imprensa, os representantes do patronato e a diretoria do sindicato afinaram seus discursos no sentido de desmoralizar a greve. Alegavam que a oposição estava à frente das mobilizações para fazer “propaganda eleitoral” e que eram instrumentalizados por partidos de oposição ao governo federal.¹³

A partir do primeiro dia de greve, iniciou-se uma prática que marcou a mobilização dos trabalhadores durante o período da paralisação. Os trabalhadores realizavam piquetes na porta dos estaleiros de Niterói, seguidos de passeatas que culminavam em assembleia na praça em frente à

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/trabalhadores-da-industria-metalurgica-ocupam-ruas-do-centro>>

¹¹ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/metalurgicos-de-niteroi-e-itaborai-anunciam-que-pretendem-manter-greve>>

¹² Trabalhador 1. Depoimento. 06 fev. 2015. Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

¹³ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/trabalhadores-da-industria-metalurgica-ocupam-ruas-do-centro>>

sede do sindicato, mantido trancado durante a paralisação. A diretoria não participou do processo grevista.¹⁴

Era evidente, mesmo nas reportagens da mídia burguesa, a crise política que assolava o sindicato. Uma das questões abordadas ao longo de todo o processo de greve foi a suspensão das eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, que deveriam ter acontecido dia 10 de fevereiro de 2012. A Comissão eleitoral, controlada pela diretoria, alegou que parte dos membros da chapa não eram filiados e a oposição ingressou na justiça para tentar garantir sua participação no processo eleitoral.¹⁵

Em 1 de junho de 2012, os trabalhadores foram informados em assembleia que estava prevista uma audiência no Ministério do Trabalho para o dia 04 de junho corrente. Tratava-se da primeira reunião entre a classe patronal e a categoria. No dia da audiência, da qual participaram representantes dos trabalhadores eleitos pela base, houve uma manifestação às portas do Sindicato patronal.¹⁶

Elegeram-se comissão com membros de todos os estaleiros em greve para acompanhar a audiência. Participaram da reunião integrantes da oposição sindical de esquerda e membros da diretoria, cuja presença foi aceita pela categoria como exigência legal. Durante a audiência, o juiz não permitiu que representantes da oposição apresentassem as reivindicações da categoria. Integrantes da oposição mencionaram que ficaram surpreendidos com o grau de concordância entre patrões e representantes da diretoria do sindicato. Nesta, o representante do sindicato sugeriu o julgamento da ilegalidade da greve. A audiência terminou sem acordo e uma nova sessão foi marcada para a semana seguinte.

A respeito da postura da diretoria nessa audiência, um dos membros da oposição afirmou:

Os metalúrgicos foram traídos. O presidente do sindicato entregou tardiamente a declaração da greve para a patronal e querem declarar a greve ilegal. É uma revolta muito grande, foi um episódio lamentável.¹⁷

Na audiência do dia 10 de junho, o juiz apresentou uma proposta de reajuste salarial de 8% e ticket refeição de R\$190,00, e respaldou a proposta do SINAVAL de negociar, separadamente, com

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/trabalhadores-da-industria-metalurgica-vao-ate-o-centro-do-rio-para-protestar>>

¹⁷ Idem.

a categoria em cada estaleiro. Os metalúrgicos não aceitaram a proposta, mas os representantes dos estaleiros sustentaram que só iriam negociar se a greve acabasse.¹⁸

No dia 16 de junho, em uma assembléia cerca de 1500 participantes, deliberou-se pela suspensão da greve geral e por manter paralisações por empresa para pressionar pelo alcance do aumento do que foi proposto na referida audiência. Avaliou-se que embora tenham conquistado aumento no reajuste proposto inicialmente e ainda que a categoria se mantivesse mobilizada, a possibilidade do julgamento da ilegalidade da greve poderia vir a trazer sérios prejuízos. Dois dias depois, o Tribunal Regional do Trabalho reafirmou a decisão apresentada em 10 de junho e julgou a greve ilegal.¹⁹

No dia 03 de julho, os metalúrgicos do UTC Engenharia, no Barreto, paralisaram suas atividades. Sob a direção da oposição, conquistaram 10% de reajuste salarial, aumento do valor do vale refeição e abono dos dias de greve. Graças à mobilização firme dos trabalhadores, entre os dias 09 e 13 de julho, os estaleiros STX e Enaval tiveram de readmitir os 43 trabalhadores demitidos por justa causa. Conquistaram 9% de aumento salarial, vale refeição de R\$210,00, desconto em 50% dos dias de greve.²⁰

No estaleiro Mauá, dois militantes foram ameaçados de demissão por justa causa, enquanto dois outros foram afastados, sem salários. Eram militantes da chapa da oposição, sendo um cipeiro. Houve campanha entre os sindicatos do serviço público, em greve no período, assim como de Centrais Sindicais de luta, pela readmissão desses trabalhadores e também para contribuir com ajuda financeira, mas o estaleiro foi irredutível.²¹

A avaliação que militantes da oposição fazem é que esse movimento grevista pode ser comparado à grande greve de 1979 em termos de força e organização política. Ressaltam que a tática de realização de paralisações por estaleiros, remete a uma experiência anterior, quando por meio dessa forma de pressão alcançavam vitórias por empresa, utilizando o primeiro acordo como referência para a luta da categoria.²²

No entanto, a direção do sindicato tentou dirigir o processo de negociação das pautas em cada estaleiro e segundo informes de membros da oposição chegou a assinar acordo com empresas sem a realização de assembleia. Outro elemento presente nas avaliações é a importância da

¹⁸ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/metalurgicos-realizam-assembleia-no-centro-de-niteroi>>

¹⁹ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/suspensa-greve-nos-estaleiros>>

²⁰ Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/estaleiros-da-cidade-de-niteroi-suspendem-recente-onda-de-demissoes>>

²¹ Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2012/08/mocao-contra-demissoes-no-estaleiro-maua%E2%80%8F-rj/>>

²²Trabalhador 2. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

mudança da direção do Sindicato. O então presidente teve de se retirar da diretoria por causa do desgaste político gerado por sua atuação na assembleia que deliberou pelo início da greve e por sua declaração durante a primeira audiência no Tribunal Regional do Trabalho do rio de Janeiro de que a greve seria ilegal. Quem assumiu seu lugar foi o secretário-geral integrante do Fundo da Marinha Mercante e tesoureiro da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.²³

Após a greve de 2012, as assembleias da campanha salarial deixaram de ser unificadas, para serem realizadas por estaleiros, nas quais trabalhadores são fotografados e coagidos tanto pelos patrões quanto pelo sindicato. Membros da oposição denunciam como prática corrente da direção solicitar aos seus aliados a assinatura em livro de presença para aprovar as propostas da diretoria. Mesmo assim, tais práticas não impediram os trabalhadores de se organizarem e fazerem novas paralisações, como a greve que ocorreu no estaleiro Brasa em abril de 2014.²⁴

Certamente, a greve pode ser considerada positiva, principalmente pela vitória política da organização e pela ruptura da base dos trabalhadores com a gestão do Sindicato. No que tange às conquistas da pauta de reivindicações, os profissionais também destacam que em 2012 o ganho real do reajuste salarial foi de 4,12%, diferente dos anos anteriores (em torno de 2%).²⁵

Já a reflexão tecida pela atual direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí revela que as conquistas de 2012 se deram graças à atuação do sindicato e sua campanha salarial, sendo a greve apenas um problema, uma confusão cuja função era atrapalhar a atuação da diretoria:

É sempre bom lembrar que não apenas trabalhadores compareceram à assembleia. Como se tratava de uma campanha salarial em pleno ano eleitoral no município como também no sindicato, vários ativistas partidários também pleitearam a participação. (...) Mesmo com o posicionamento do Sindicato contrário a proposta, a assembleia tomou outros rumos designados pelos então ativistas políticos que tentavam a todo custo tumultuar a campanha salarial dos metalúrgicos. O resultado de toda confusão foi uma greve da categoria que durou 15 dias.²⁶

Considerações finais:

Ainda não é possível afirmar que as greves de 2012 e de 2013 compõem um ciclo de lutas que rompem com a hegemonia do Partido dos Trabalhadores e da CUT no movimento sindical

²³ Trabalhador 1. Depoimento. 06 fev. 2015. Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁴ Trabalhador 1. Depoimento. 06 fev. 2015. Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁵ Lutamos pela geração de empregos para aumentar os salários. *Jornal metalúrgico*, Niterói, 14 ago. 2012, p.1.

²⁶ *Jornal Metalúrgico*, Niterói, 20 dez. 2012, p.2-3.

brasileiro e com a sua política de cooptação. Porém, é possível identificar elementos que apontam nessa direção.

As manifestações de junho de 2013 continham uma forte indignação, ainda que difusa, com a política neoliberal. Houve também nesse período greves de sindicatos combativos que contaram com o apoio da população. Diretamente vinculada a uma das pautas que marcaram os protestos de massa em junho, a greve do setor da educação básica no Rio de Janeiro, conseguiu aglutinar o sentimento da massa que veio a participar de seus protestos, reunindo 100 mil pessoas em apoio nas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Foi uma greve importante para dar um recorte classista às “jornadas de junho” fortemente disputadas pela mídia burguesa desde o seu início. (MATTOS, M., 2014.)

Outra greve importante, forjada por rebelião de base, foi protagonizada pelos garis no carnaval de 2014 que contou com a solidariedade da população, apesar do incômodo do lixo nas ruas. (MATTOS, M., 2014.)

Resguardadas as particularidades, o que essas greves têm em comum é a crítica à diretoria dos sindicatos e o fato de contar com forte adesão da categoria e da população. Foi assim nas greves dos metalúrgicos, dos garis, do COMPERJ, entre outras. Em entrevistas, foi apontado que a greve dos metalúrgicos de Niterói estouraria independente da oposição, tal era a insatisfação desses trabalhadores. De fato, os metalúrgicos de base da categoria participaram ativamente do processo, em protestos, piquetes, vaiando a diretoria do Sindicato. Essa greve teve um diferencial político e organizativo crucial.

A vivência de luta no campo do sindicalismo combativo – palco de grandes enfrentamentos não apenas salariais, mas políticos à ditadura – confere aos metalúrgicos de Niterói uma experiência que lhes permite ser uma das primeiras categorias a fazer a reação à CUT. No entanto, o legado dessa tradição tão forte para militantes mais antigos deve ser relativizado, pois os trabalhadores que estão chegando agora aos estaleiros não possuem o mesmo acúmulo, o que não impossibilitou o processo de intenso engajamento à greve e o confronto com postura da diretoria sindical burocratizada, pró-patronal.

Neste momento, a euforia com o setor naval começa a cessar. O acirramento da crise do capital, a redução do preço do petróleo que, segundo analistas, revela uma estratégia da OPEP, cujo objetivo é forçar as grandes companhias a desistirem de investimentos de custo alto, como é o caso do investimento da Petrobras no pré-sal, bem como os escândalos de corrupção envolvendo setores do governo, empresários e a diretoria da Petrobrás provocam alterações substanciais neste quadro.

Cerca de 20 mil trabalhadores foram demitidos no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco em 2014 e, como temos visto em 2015, a tendência é o aumento desses números.²⁷

O movimento sindical combativo brasileiro tem muitos desafios à frente, como a superação da hegemonia do sindicalismo de colaboração de classe e a construção de espaços unitários de organização dos trabalhadores que possam levar novamente as massas para as ruas com um projeto orientado pelos interesses da classe trabalhadora.

Apêndice:

Tabela 1- Estaleiros no Brasil: investimentos priorizados pelo FMM²⁸

TABELA 2 ESTALEIROS NO BRASIL – INVESTIMENTOS PRIORIZADOS PELO FMM

Ano	Nova planta		Ampliação		Modernização		Total	
	Projetos	Valor (US\$)	Projetos	Valor (US\$)	Projetos	Valor (US\$)	Projetos	Valor (US\$)
2005	4	432.154.126,68	0	-	1	1.173.036,64	5	433.327.163,32
2006	3	241.670.548,75	0	-	0	-	3	241.670.548,75
2007	0	-	0	-	1	64.355.397,09	1	64.355.397,09
2008	0	-	0	-	2	145.492.000,84	2	145.492.000,84
2009	11	1.950.272.484,28	1	68.860.573,62	0	-	12	2.019.133.057,90
2010	0	-	0	-	0	-	0	-
2011	8	2.722.600.426,48	3	500.445.841,53	1	27.264.629,54	12	3.250.310.897,55
2012*	2	25.596.437,85			1	42.970.361,67	3	68.566.799,52
TOTAL	28	5.372.294.024,04	4	569.306.415,15	6	281.255.425,78	38	6.222.855.864,97

Fonte: Elaboração BNDES, com base em dados do CDFMM/MT.

* Dados até abr. 2012.

Fontes:

Entrevistas realizadas:

Trabalhador 1. Depoimento. 06 fev. 2015. Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 2. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Entrevistas publicadas:

GOMES, A. C. (org) A época dos operários navais. Niterói, 1999. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf

²⁷ Disponível em: < <http://portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/28276-sindicatos-calculam-mais-de-20-mil-demissoes-em-estaleiros>> Acesso em 27 jul. 2014.

²⁸ Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ConstrucaoNaval.pdf> Acesso em 15 de jul. 2014

SANTOS, A. J. CHAVES, E. R. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

Jornais sindicais e panfletos:

Site **CSP-Conlutas**, 2012

Site da **Intersindical**, 2012

Jornal Metalúrgico-Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, 2012

Panfletos da **Chapa 3 SOS- Oposição Metalúrgica**, 2012.

Grande imprensa:

O Fluminense. Estado do Rio de Janeiro. 2012.

Bibliografia:

ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

BARSTED, D. L. *Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DORES, P.; LAGE, E.; PROCESSI, L. A Retomada da Indústria Naval Brasileira. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ConstrucaoNaval.pdf> Visualizado em: 15 jul. 2014.

ESTUDOS E PESQUISAS – Balanço das greves em 2012. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>> Visualizado em 09/02/15.

LACERDA, Sandes Magalhães. Oportunidades e Desafios da Indústria de Construção Naval. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, dez.2003.

MATTOS, M. *Novos e Velhos Sindicalismos - Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura,1998.

_____. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas? 23, mai. 2014. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9641:submanchete230514&catid=72:imagens-rolantes> Visualizado em 10/02/15

PASIN, Jorge Antonio Bozoti. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 9, n.18, 2002.

PESSANHA, E. *Operários navais – trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

_____. Metalúrgicos, sempre operários navais. In: RAMALHO, J. R., SANTANA, M. A. (orgs). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

PINTO, M. Sindicato cidadão: Ressignificação do método de luta dos trabalhadores. *LIBERTAS online*. Juiz de Fora, v. 3, n.2,p.17-32. Disponível em:

<<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1842/1291>> Visualizado em: 08/02/15.

SANTOS, A. J. CHAVES, E. R. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SOUZA, Julia Gomes. Indústria da construção naval e neoliberalismo no Brasil: primeiras aproximações. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_julia1_GVI.pdf
Visualizado em: 11/04/13.

FATOS E DADOS. Disponível em:

<<http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/03/25/promeftranspetro-recebe-propostas-construcao-navios/>> Visualizado em: 15/07/14.

NavalShore – Exploração de óleo e gás dá novo impulso à indústria naval. *Petróleo Energia*. Disponível em:

<<http://www.petroleoenergia.com.br/petroleo/3811/navalshore-exploracao-de-oleo-e-gas-da-novo-impulso-a-industria-naval/>> Visualizado em 15 jul. 2014.

Indústria Naval está preparada pra crescer, diz Abenav. *Portos e Navios*, 09 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/15166-industria-naval-esta-preparada-para-crescer-diz-abenav>> Visualizado em 15 jul. 2014

Sindicatos calculam mais de 20 mil demissões em estaleiros. *Portos e Navios*, 23 fev. 2015.

Disponível em:

<<http://portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/28276-sindicatos-calculam-mais-de-20-mil-demissoes-em-estaleiros>> Visualizado em 27/02/15.